

O MOVIMENTO DAS MULHERES NA ÍNDIA: RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

César Alexandre da Silva Aprile

REVISÃO

RESUMO

Este artigo busca analisar a questão do movimento das mulheres na Índia, explorando sua luta e transformação ao longo da resistência contra um sistema de opressão. Autoras como Anuradha Ghandi deixaram um legado teórico e material sólido, oferecendo uma compreensão crítica desse tema a partir de suas vivências e do contexto em que estavam inseridas. A análise abordará as principais fases do movimento, suas demandas, influências políticas e sociais, bem como os desafios enfrentados pelas mulheres.

Palavras-chave: Índia; Mulheres; Feminismo; Opressão.

THE MOVEMENT OF WOMEN IN INDIA: RESISTANCE AND TRANSFORMATION

ABSTRACT

This article aims to analyze the issue of the women's movement in India, exploring its struggle and transformation throughout the resistance against a system of oppression. Authors such as Anuradha Ghandy have left a solid theoretical and material legacy, offering a critical understanding of this topic based on their experiences and the context in which they were embedded. The analysis will cover the main phases of the movement, its demands, political and social influences, as well as the challenges faced by women.

Keywords: India; Women; Feminism; Oppression

Dados da publicação: Artigo publicado em Fevereiro de 2025

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i1.315>

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

A espécie humana passou por profundas transformações ao longo de sua história, e as relações de gênero e sexo não foram exceção. O problema está no fato de que muitas pessoas tendem a atribuir uma forma atemporal de opressão às mulheres. Até 1960, era unânime entre os antropólogos a visão de que as mulheres sempre foram oprimidas (BLOODWORTH, 2023). Além disso, figuras de destaque no feminismo, como a francesa Simone de Beauvoir, afirmaram em sua famosa obra *O Segundo Sexo* que: “este sempre foi um mundo de homens” (DE BEAUVOIR, 1987, p. 93) e que “a mulher [...] [é] a presa da espécie” (DE BEAUVOIR, 1987, p. 97). O problema dessa argumentação é que ela é falaciosa.

Não se trata de uma questão de ser anacrônico, pois o filósofo Friedrich Engels, no século XIX, em sua obra *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* (1884), explica que as relações entre homens e mulheres evoluíram conforme as transformações nas formas de matrimônio, passando do matrimônio por grupos para o matrimônio sindiásmico. Inicialmente, as mulheres tinham relações com múltiplos parceiros dentro de suas comunidades, mas, com o tempo, buscaram maior exclusividade nos relacionamentos. Esse desejo por castidade e monogamia surgiu das próprias mulheres, que viam o sistema anterior como opressor e degradante. Engels explica que “a mulher se liberta da antiga comunidade de maridos e adquire para si o direito de não se entregar a mais de um homem”, o que representa “um resgate mediante o qual a mulher se liberta” (ENGELS, 1884).

O direito materno predominava, pois a filiação era reconhecida apenas pela linha materna. Engels(1884) descreve como “a descendência só se contava por linha feminina” e como, no começo, “os filhos de um homem falecido não pertenciam à gens daquele, mas à de sua mãe”(ENGELS, 1884). Esse sistema garantiu que os bens e heranças ficassem dentro da gens materna. No entanto, com o surgimento da propriedade privada, especialmente dos rebanhos e escravos, os homens passaram a desejar que seus bens fossem herdados por seus próprios filhos. Engels observa que “quando as riquezas começaram a aumentar, o homem ganhou uma posição mais importante que a da mulher na família” e que ele “valia-se desta vantagem para

modificar, em proveito de seus filhos, a ordem de herança estabelecida”(ENGELS, 1884).

Essa mudança transformou profundamente as relações entre homens e mulheres. A mulher perdeu seu status de independência e passou a estar subordinada ao homem, marcando a transição do matriarcado para o patriarcado. Engels(1884) afirma que “o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” resultou na mulher se tornando “servidora, escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução”(ENGELS, 1884). Ao longo do tempo, a monogamia foi imposta às mulheres, enquanto os homens mantinham maior liberdade sexual. Engels conclui que o patriarcado, caracterizado pela “família patriarcal”, surgiu como o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens(ENGELS, 1884).

Tudo que Engels fala é comprovado pela arqueologia:

“Cada vez mais evidências arqueológicas e avaliações revisadas da antropologia das sociedades pré-classe reforçam suas principais proposições. As últimas evidências mostram que durante a maior parte dos 200.000 anos da história do Homo sapiens, eles viveram em sociedades igualitárias. É legítimo, portanto, supor que não houve opressão.”(BLOODWORTH, 2023)

Porém, a questão feminina, embora ofuscada por milhares de anos, não foi completamente abandonada e foi no capitalismo, que o movimento das mulheres começa a ganhar destaque(GANDHI, 2006).

Como afirmado pela comunista indiana Anuradha Gandhi:

“Pela primeira vez na história humana, mulheres se organizaram coletivamente para reivindicar seus direitos, ter seu lugar ao sol. A emancipação da mulher de séculos de opressão tornou-se uma questão imediata e urgente. O movimento desaguou em análises teóricas e soluções para o problema da opressão feminina. O movimento de mulheres desafiou a atual sociedade patriarcal e exploradora por meio de atividades práticas e por teorias.”(GANDHI, 2006)

Anuradha, em sua obra *Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista* (2006), realiza uma análise aprofundada das diversas correntes filosóficas feministas, adotando uma postura crítica, inclusive em relação à corrente marxista. Após essa análise crítica, ela apresenta sua própria perspectiva, fundamentada em

anos de estudo e prática revolucionária, ao abordar o movimento de mulheres na Índia.

2 O Machismo na Índia:

Antes de falarmos sobre a crítica de Anuradha Gandhi ao movimento de mulheres na Índia, é de suma importância entender a gravidade da realidade das mulheres indianas. Primeiro, uma pesquisa feita por 550 especialistas da Fundação Thomson Reuters em 2018 constatou que a Índia era o país mais perigoso do mundo para as mulheres, devido a uma série de fatores, entre eles a violência sexual e o trabalho escravo:

“A pesquisa é uma nova edição de um estudo semelhante feito em 2011, que listou os países mais perigosos para as mulheres à época como Afeganistão, República Democrática do Congo, Paquistão, Índia e Somália.

No levantamento foi perguntado quais cinco dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são os mais perigosos para as mulheres nos quesitos sistema de saúde, recursos econômicos, práticas tradicionais, abuso sexual e não sexual e tráfico humano.”(REUTERS, 2018)

O mais irônico é que, ao mesmo tempo em que o Ministério para Mulheres e Desenvolvimento da Criança da Índia se recusou a comentar sobre a pesquisa feita (VEJA, 2018), ainda no mesmo ano, a Índia lançou uma campanha para mostrar segurança a mulheres:

“A Índia conquistou um desagradável título recentemente, o de país mais perigoso do mundo para mulheres, segundo especialistas consultados pela Reuters. Por isso, o governo local decidiu lançar uma campanha internacional para destacar que as mulheres de todo o mundo são bem-vindas para visitas à nação.

Uma carta foi enviada no dia 6 de julho a missões diplomáticas indianas espalhadas pelo mundo e escritórios relacionados ao Turismo, comércio e hospitalidade. Nela, foram listadas as iniciativas de segurança tomadas pelas autoridades locais desde o caso da estudante que sofreu um estupro coletivo fatal em dezembro de 2012.”(BUONO, 2018).

No entanto, é pertinente questionar se a situação de segurança das mulheres na Índia sofreu melhorias ao longo dos anos desde a pesquisa realizada pela Fundação Thomson Reuters. Segundo o dossiê “Mulheres indianas e o árduo caminho para a igualdade”, publicado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, mais da metade das mulheres indianas com idades entre 15 e 49 anos considera legítimo o direito do homem de agredir a esposa em situações como discussões, saída de casa sem prévia autorização ou desrespeito aos sogros (GIOVANAZ, 2021). Além disso, pelo menos um

terço das mulheres casadas no país já sofreram violência física por parte de seus maridos (GIOVANAZ, 2021).

Essas questões, como apontado no dossiê, estão profundamente enraizadas na sociedade indiana. O documento destaca que uma aceitação dessa realidade por uma parte significativa da sociedade, afetando não apenas os homens, mas também as mulheres, inclusive aquelas que desconhecem o Código de Manu. De acordo com Giovanaz (2021):

“Para além dos dados de violência doméstica, o dossiê chama atenção para o fato de essa realidade estar enraizada e ser aceita por milhões de famílias indianas – incluindo as mulheres, mesmo aquelas que nunca leram o Código de Manu.

Essa aceitação de parte da sociedade se reflete na atuação dos principais partidos políticos, que se opõem à criminalização do estupro conjugal, por exemplo. A lei indiana sustenta que a relação sexual entre um homem e sua esposa com mais de 18 anos não pode ser considerada estupro, mesmo que não haja consentimento.

As desigualdades também vêm à tona no cuidado com a casa. Cerca de 92% das mulheres indianas em idade produtiva passam em média 5h15 por dia fazendo tarefas domésticas como cozinhar, limpar e lavar. Em comparação, apenas 30% dos homens participam das tarefas domésticas.”

Portanto, em um intervalo de três anos (2018-2021), não houve mudanças perceptíveis na situação das mulheres na Índia. Contudo, como o dossiê enfatiza, apenas uma parte da sociedade aceita essas condições, enquanto outras reagem agressivamente diante dessa realidade. Ao discutirmos a violência contra a mulher, é importante mencionar que a feminista indiana Radha Kumar descreve o estupro como um dos crimes mais comuns contra as mulheres no país (KUMAR, 1997, p.128).

No entanto, existe um tabu em relação ao estupro na Índia, especialmente no âmbito político. Um exemplo histórico marcante foi o caso do estupro coletivo de Jyoti Singh, uma estudante indiana de 23 anos, ocorrido em 16 de dezembro de 2012, em um ônibus público. Singh estava acompanhada de um amigo, que foi espancado com uma barra de ferro durante o crime (GHOSH, 2012). A mesma barra de ferro foi usada de maneira tão brutal que causou lesões graves à vítima, exigindo a remoção cirúrgica de seu intestino, o que resultou em sua morte dias depois (FP STAFF, 2012).

Esse crime chocou profundamente a sociedade indiana e levou a política Sushma Swaraj a pedir que os criminosos fossem condenados à morte (BBC, 2012).

Contudo, alguns políticos conservadores atribuíram a culpa a Jyoti Singh, alegando que ela havia sido responsável pela violência devido ao fato de estar usando roupas curtas no dia do ocorrido (SAMHITA, 2013). Ou seja, mesmo diante de uma das maiores barbaridades já vistas, uma parcela dos políticos indianos mantém dessa perspectiva retrógrada.

Essa violência, contudo, não afeta apenas as mulheres indianas, mas também as estrangeiras, como exemplificado pelo caso da turista brasileira em 2024, que foi vítima de estupro coletivo enquanto viajava pela Índia:

“Uma turista brasileira, com nacionalidade espanhola, sofreu um estupro coletivo na Índia. Segundo relatou nas redes sociais, o crime foi praticado por sete homens. Ela e seu marido, que é espanhol, também foram espancados e tiveram alguns pertences roubados.

O episódio ocorreu em Dumka, no estado de Jharkand, no nordeste do país. O casal tem uma página nas redes sociais com milhares de seguidores onde compartilham imagens viajando de moto em diferentes países do mundo. Desde julho do ano passado, os dois vêm percorrendo a Índia.”(RODRIGUES, 2024)

Em 2024, a população foi pega de surpresa com o caso de uma médica que foi estuprada e morta em um hospital na Índia, gerando protestos contra esse crime:

“Na manhã da última sexta-feira (09/08), uma médica residente de 31 anos se recolheu para descansar em uma sala de seminários, após um turno exaustivo em um dos hospitais mais antigos da Índia.

Foi a última vez que ela foi vista com vida.

Na manhã seguinte, seus colegas encontraram seu corpo seminu no palco, com ferimentos extensos. Mais tarde, a polícia prendeu um voluntário do hospital por conexão com o que eles dizem ser um caso de estupro e assassinato no Hospital Universitário RG Kar, uma instituição de 138 anos, na cidade de Calcutá.

Dezenas de milhares de mulheres em Calcutá e em todo o Estado de Bengala Ocidental devem participar de uma passeata à meia-noite desta quarta-feira (14/8), exigindo ‘independência para viver em liberdade e sem medo’.”(BISWAS, 2024).

Ou seja, as mulheres na Índia estão reagindo cada vez mais diante dessas contradições. Isso se torna ainda mais evidente quando consideramos que o dossiê “Mulheres indianas e o árduo caminho para a igualdade” foi publicado em 2021 e a pesquisa realizada pela Fundação Thomson Reuters é de 2018. No entanto, em 2024, as mulheres indianas demonstraram, de maneira crescente, seu inconformismo diante

da violência contra a mulher no país, evidenciando que a situação continua a se manifestar de forma alarmante.

3 A Questão do Movimento das Mulheres na Índia

Após entendermos um pouco sobre a realidade das mulheres na Índia e as violências a que estão sujeitas, analisaremos o processo histórico do movimento das mulheres no país, com base na perspectiva de Anuradha Gandhi. Segundo Gandhi (2006), durante o período colonial, no século XIX, as ideias liberais chegaram à Índia, influenciando diversos intelectuais, especialmente nas regiões do Oeste e Sul do país. Muitos desses reformadores sociais, oriundos das castas altas, buscaram implementar melhorias nas condições de vida das mulheres, enfrentando práticas como o sati (autoimolação das viúvas), o purdah (isolamento das mulheres) e a proibição de viúvas se casarem novamente.

De acordo com Gandhi, a luta pelas reformas sociais na Índia, no contexto do domínio britânico, não alcançou uma transformação profunda, pois as principais forças políticas que lideravam o movimento reformista eram em grande parte favoráveis à manutenção da estrutura feudal da sociedade:

“No contexto indiano, uma vez que a luta contra costumes e valores feudais se desenvolveu sob um regime colonial, com o apoio parcial da própria potência colonial que sustentava as classes feudais, esta não poderia assumir um conteúdo democrático profundo. Além disso, já que as principais forças pequeno-burguesas e burguesas que lideravam o movimento por reformas não eram a favor de romper com a estrutura feudal desde suas raízes, observamos que a ideologia liberal foi adotada em seu sentido mais limitado.”(GANDHI, 2006)

Assim, embora as ideias liberais sobre a igualdade das mulheres tenham sido importantes, elas não conseguiram superar as limitações impostas pela opressão das castas e pelo sistema patriarcal. Esse movimento inicial, embora impulsionado pelo desejo de melhorar as condições das mulheres, não visava uma transformação radical da sociedade, mas sim uma reformulação dos costumes mais cruéis.

Após a independência da Índia em 1947, embora o país tivesse se libertado do domínio britânico e se tornado a República da Índia, não se podia afirmar que houvesse uma transformação democrática profunda. As mulheres, por exemplo, não

foram contempladas por mudanças significativas dentro de um Estado Democrático de Direito que garantisse igualdade e liberdade para todos:

“No período após 1947, já que a Índia ainda não viu uma transformação democrática, dado que as mulheres ainda não são aceitas como seres independentes com direitos iguais e a existência de anomalias nas leis que negavam os direitos iguais das mulheres, costumes feudais opressores como o purdah e o sati, ainda continuavam, foi possível para mulheres das classes médias e altas ser ativas na questão da discriminação contra a mulher e pelos direitos com um olhar liberal.”(GANDHI, 2006)

Isso se deve ao fato de que o movimento das mulheres surgiu dentro do contexto do movimento antibritânico, que, por sua vez, era liderado por setores das camadas mais altas da sociedade, influenciados pelos ideais liberais. Gandhi observa que:

“Lideranças femininas como Mridula Sarabhai, organizações como All India Women's Conference (AIWC), Anjuman Khawateen-E-Islam, eram reuniões de mulheres das classes média e alta e realizavam campanhas e petições para os direitos das mulheres à propriedade, aos direitos no casamento, ao direito de voto, etc. Não questionavam a estrutura social ou ligavam a questão do status secundário da mulher com a questão mais ampla da estrutura social. Sua ênfase era garantir os direitos das mulheres através da lei.”(GANDHI, 2006)

Ou seja, o movimento de mulheres, embora relevante, foi, em grande parte, limitado pelas mesmas estruturas sociais que perpetuavam a opressão das mulheres, não desafiando profundamente o sistema patriarcal nem as divisões de classe. Em vez de lutar por uma transformação radical, as líderes desse movimento estavam focadas em melhorias dentro da estrutura existente.

A segunda fase do movimento das mulheres na Índia, que se intensificou a partir dos anos 1970, foi marcada pela mobilização das mulheres das classes populares, como operárias, camponesas e estudantes, influenciadas principalmente pelo socialismo marxista. Elas se uniram para enfrentar questões estruturais da sociedade indiana, como o desemprego, o aumento de preços e a brutal exploração dos camponeses e trabalhadores:

“Mulheres das classes populares como operárias e camponesas, e também as estudantes foram mobilizadas em grandes números sob a influência da ideologia socialista e marxista. Elas participaram ativamente em lutas contra a opressão latifundiária e britânica, e organizações femininas com milhares de membros foram criadas em várias partes do país, especialmente em Bengal, Punjab e Andhra Pradesh. Na primeira fase do movimento de mulheres na Índia, durante a primeira metade do século XX, tanto as

correntes liberais, como as marxistas foram consideravelmente influentes entre as mulheres.”(GANDHI, 2006)

Neste período, o movimento feminino na Índia se diversificou, influenciado pelo feminismo socialista e pela luta contra a violência de gênero, como estupro e violência doméstica. Liderado por mulheres escolarizadas, muitas delas ligadas aos sindicatos e a partidos de esquerda como o PCI (marxista), o movimento abordou questões sociais mais amplas, como o desemprego e a exploração dos camponeses.

“As principais lideranças dos grupos urbanos independentes de mulheres que surgiram em meados dos anos 70 vinham de mulheres escolarizadas que haviam sido ativas em vários grupos ou partidos de esquerda (revisionistas, revolucionários e independentes). Eram influenciadas pelo movimento de mulheres do Ocidente e os debates surgidos ali. A questão da violência contra a mulher – estupro, assassinatos pelo marido, sati, assédios, representação sexista da mulher na mídia, violência doméstica, etc., tudo isso foi enfocado pelo movimento urbano de mulheres. Estes grupos, seus membros e suas atividades inicialmente tiveram apoio da mídia e daí seu impacto amplamente difundido.”(GANDHI, 2006)

Entretanto, o movimento também se complexificou com o crescimento de partidos de direita, como o BJP, que levou algumas mulheres a se engajarem em movimentos com uma agenda conservadora, como o apoio ao sati ou à destruição do Babri Masjid. Esse cenário provocou uma reflexão dentro do movimento feminista, que passou a questionar a ideia de “sororidade” universal, ou seja, a suposição de que todas as mulheres compartilham uma experiência comum de opressão

“A natureza das atividades realizadas pelos grupos urbanos mudou no final dos anos 80, com menos foco em propaganda entre as mulheres e mobilização de massas entre estas, além de mais ênfase em documentação, influência na mídia, lobby pelas mudanças em leis, etc., ajudando mulheres em dificuldades. O impacto do feminismo socialista é bem mais amplo do que destes grupos porque se espalhou entre homens e mulheres da comunidade acadêmica e entre setores amplos de mulheres intelectuais.”(GANDHI, 2006)

Dentro dessa fase, as teorias do feminismo socialista ganharam força, com intelectuais como a socióloga Gail Omvedt enfatizando a necessidade de uma análise mais profunda das origens da opressão das mulheres, que não poderia ser explicada apenas pelos modelos econômicos tradicionais. Omvedt propôs uma visão crítica da violência contra a mulher, colocando-a como um aspecto central da estrutura social, e apontou a importância do movimento rural, especialmente nas áreas de Dalits e camponesas(GANDHI, 2006). Ela também defendeu que a revolução, para ser efetiva,

precisaria integrar esses movimentos populares e dar voz às mulheres nas lutas contra a opressão patriarcal(GANDHI, 2006).

Neste contexto, o movimento feminista na Índia, influenciado por diversas abordagens, também recebeu contribuições significativas do gandhismo e do ambedkarismo. Nos anos 1990, o gandhismo, que havia sido marginal nas décadas de 1970, foi revitalizado por pensadoras como Madhu Kishwar e Vandana Shiva. Kishwar, ao defender aspectos da tradição indiana, como o auto-sacrifício das mulheres no contexto do sati, contrastou com a visão feminista que via essa prática como opressiva. Já Shiva promoveu o princípio prakriti, que destaca as mulheres como uma força ativa em relação à natureza(GANDHI, 2006). Ambas as pensadoras buscaram integrar elementos da tradição indiana ao movimento feminista, embora com perspectivas diferentes sobre a questão da opressão feminina.

Além disso, o movimento feminista na Índia se diversificou com a participação de ONGs que, embora não estivessem diretamente vinculadas ao movimento, desempenharam um papel importante na organização de mulheres camponesas e moradoras de favelas. Um exemplo disso é o Coletivo de Mulheres (Women's Collective – WC):

“O Coletivo de Mulheres [Women’s Collective – WC] é uma organização constituída por associadas com foco no empoderamento das mulheres. Foi criada em 1994 em seis distritos da Índia, dedicada a lutas pelo fim da violência contra as mulheres. Hoje, a organização conta com 38 centros que atendem cerca de 21 distritos, e é integrada por cerca de 100 mil mulheres. Para entender mais sobre as experiências do WC na construção de alternativas para o trabalho e a vida das mulheres na região e em cada território ao longo dos anos, Capire conversou com sua fundadora, Sheelu Francis.”(CAPIRE, 2021)

Paralelamente, o movimento feminista na Índia também foi influenciado pelos movimentos revolucionários de orientação marxista, em particular pelo legado de Vladimir Lênin e Mao Zedong. Segundo Gandhi, essa abordagem demonstrou-se eficaz na organização das mulheres das castas e comunidades mais oprimidas, incluindo as camponesas pobres e as trabalhadoras sem-terra. A autora ainda ressalta que esse movimento tem dado especial atenção às questões levantadas pelo movimento internacional das mulheres, considerando a luta contra o patriarcado como uma parte essencial da Revolução Democrática de novo tipo(GANDHI, 2003).

4 CONCLUSÃO

A questão das mulheres na Índia, assim como em outras partes do mundo, é multifacetada e profundamente enraizada em contradições estruturais e culturais. Para que o combate à violência contra a mulher seja eficaz, é essencial entender essas contradições dentro do sistema vigente. A experiência de Jyoti Singh, por exemplo, evidencia como as mulheres frequentemente são culpabilizadas pela violência sofrida, como ocorreu com a questão das suas vestimentas, refletindo a prevalente cultura de impunidade e revitimização. Além disso, não podemos esperar mudanças significativas apenas pela via eleitoral ou pela intervenção de órgãos internacionais, os quais, em sua maioria, têm se limitado a discursos e denúncias sem ações substanciais, muitas vezes em busca de palanque político.

Embora não haja soluções fáceis para um problema tão complexo, como destacado por Gandhi, o movimento feminista radical marxista, inspirado nos ensinamentos de Lênin e Mao, tem alcançado resultados significativos, especialmente entre as mulheres mais pobres, que enfrentam simultaneamente a opressão patriarcal e as desigualdades econômicas geradas pelo capitalismo.

Este movimento tem gerado uma reação efetiva contra a violência sexual e outras formas de exploração, com algumas mulheres se unindo aos naxalitas para contestar as profundas desigualdades sociais e de gênero na Índia. Assim, embora as soluções sejam desafiadoras e o caminho não seja simples, é possível vislumbrar avanços concretos a partir de uma abordagem crítica e radical que considera as diversas dimensões da opressão.

5 REFERÊNCIAS

BBC. **Delhi bus gang rape: Uproar in Indian parliament.** 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-20765869> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

BISWAS, Soutik. **A onda de protestos na Índia após médica ser estuprada e morta em hospital.** BBC, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c86lp1j1363o> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

BLOODWORTH, Sandra. **As Origens da Opressão Feminina.** Lavra Palavra, 2023. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2023/09/23/as-origens-da-opressao-feminina/> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

BUONO, Marcel. **Índia lança campanha para mostrar segurança a mulheres.** PANROTAS, 2018. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/destinos/alternativo/2018/07/india-investe-em-campanha-para-mostrar-que-mulheres-tem-seguranca_157097.html Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

CAPIRE. **Mulheres construindo economia feminista e soberania alimentar na Índia.** 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/entrevista/mulheres-construindo-economia-feminista-e-soberania-alimentar-na-india/> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** 1987.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 1884 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm> Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

FP Staff. **Delhi gangrape victim regains consciousness, next 48 hours critical.** Firstpost, 2012. Disponível em: <https://www.firstpost.com/india/delhi-gangrape-victim-regains-consciousness-next-48-hours-critical-561535.html> Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista.** Março de 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gandhi/2006/correntes/index.htm> Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

GHOSH, Shamik. **Delhi gang-rape: victim's friend, also on bus, gives statement in court.** NDTV, 2012. Disponível em: <https://www.ndtv.com/india-news/delhi-gang-rape-victims-friend-also-on-bus-gives-statement-in-court-507967> Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

GIOVANAZ, Daniel. **Machismo na Índia: dossiê ressalta o árduo caminho das mulheres que lutam por igualdade.** Brasil de Fatos, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/machismo-na-india-dossie-ressalta-o-arduo-caminho-das-mulheres-que-lutam-por-igualdade> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

KUMAR, Radha. **"The history of doing: an illustrated account of movements for women's rights and feminism in India 1800–1990"**. Kali for Women, 1997.

REUTERS. **Pesquisa aponta Índia como país mais perigoso do mundo para as mulheres.** G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/pesquisa-aponta-india-como-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-as-mulheres.ghtml> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

RODRIGUES, Léo. **Turista brasileira é estuprada por sete homens na Índia.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/turista-brasileira-e-estuprada-por-sete-homens-na-india> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

SAMHITA. **Indian political and religious leaders give slut-shaming advice on how not to get raped.** Feministing, 2013. <https://feministing.com/2013/01/09/indian-political-religious-and-thought-leaders-give-slut-shaming-advice-on-why-women-get-raped/> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025

VEJA BRASIL. **O Ministério para Mulheres e Desenvolvimento da Criança da Índia não quis comentar a pesquisa.** 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/india-e-o-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-as-mulheres> Acesso em: 3 de Fevereiro de 2025